



MATERNIDADE, PATERNIDADE, DEFICIÊNCIAS: PODER E DESLOCAMENTOS NÃO COMPARTILHADOS?

Ligia Pereira dos Santos

O presente artigo discute os resultados de como os condicionantes sócio-antropológicos influenciam na caracterização e no comportamento das mulheres-mães das pessoas com deficiência em atendimento na APAE-CG. Temos por objetivo descrever e analisar as construções das relações de gênero, articuladas às estruturas de desigualdade de masculinidades e feminilidades frente ao exercício da maternidade e paternidade na educação de pessoas com deficiência.

Através de análise dos padrões familiares, privilegamos a busca das percepções e ações das mulheres-mães sobre a responsabilidade educacional na formação inclusiva de filhos e filhas com deficiências.

Considerando as questões de gênero articuladas ao mito da *responsabilidade materna* difundido na atualidade, há um consenso social de que as mulheres, a partir de suas características sexuais, seriam mais eficientes e pacientes no que diz respeito a atividades do cuidado, como: professoras, pediatras, enfermeiras, nutricionistas, psicólogas, e, especialmente mães.

Tais padrões de gênero refletem diretamente na distribuição de funções por gênero, especialmente nas atividades concernentes à maternidade, alimentado pelo ditado popular do tipo: “*tal mãe, tal filha*”, ou seja, se sua mãe é uma excelente mãe, você também terá que sê-lo. Idem para a leitura social do modelo social que fazem as noras-sogra, netas-avós e demais personagens da dominação simbólica dos padrões sexistas, também presentes no universo das áreas do chamado cuidado materno.

Já o homem, fica isento de qualquer tipo de responsabilidade referente ao cuidado da casa e/ou do/a filho/a, pois segundo os padrões da nossa sociedade, o pai é quem trabalha fora para o sustento do lar. Mesmo que a sociedade tenha mudado seus padrões, com a mulher trabalhando fora, exercendo funções no mercado de trabalho, ainda não é consenso de que a responsabilidade do cuidado dos/as filhos/as deve ser compartilhada entre pais e mães de modo que não haja uma sobrecarga nas atividades femininas.

Nosso estudo é de cunho feminista. Logo, a atenção desta pesquisa foi conferida à construção social da maternidade, pois, a maternidade tal como é entendida hoje, não é um modelo imutável seguido por todas as sociedades, nem tão pouco algo natural, inerente à mulher. A maternidade foi, e, é construída socialmente de acordo com os padrões de cada sociedade, podendo mudar conforme o passar do tempo.



Maternidade Forjada

No período da Segunda Guerra Mundial, se faz necessário que os homens fossem para a frente de batalha, gerando uma valorização da participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente em países como a Inglaterra e Estados Unidos da América. Tal modelo logo foi modificado com o final da II Guerra.

É com o final da guerra e com o retorno da força de trabalho masculina, que a ideologia, que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuída à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada, no sentido de retirar a mulher do mercado de trabalho para que ceda o lugar aos homens. As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação enfatizam a imagem da “rainha do lar”, exacerbando-se a mistificação do papel da dona de casa (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 50)

O modelo de mulher doméstica e mãe dedicada difundido após a Segunda Guerra Mundial, teve como objetivo principal levar as mulheres de volta para seus afazeres domésticos, para dar lugar aos homens no mercado de trabalho.

Segundo (FORNA, 1999), esse modelo de maternidade tal qual é entendido hoje, não pode ser algo tido como verdade absoluta sobre o fato de ser mãe. Na história da humanidade encontramos indícios, nas mais diferentes épocas, de mães não preocupadas com a maternidade, ou seja, com o cuidado dos/as filhos/as. Um exemplo disso são as mulheres da Idade Média, pois quando seus/as filhos/as nasciam era normal que as mães os/as entregassem aos cuidados das amas-de-leite que geralmente eram mulheres pobres encarregadas de cuidar dos/as filhos/as não porque gostavam, mas porque precisavam ter alguma fonte de renda.

A maternidade não tinha um status especial, deveres ou pressupostos especiais. A mulher dava à luz e pronto. Não se presumia que ela fosse amar o filho, a não ser que se resolvesse a amá-lo. Não se esperava sequer que ela cuidasse do bebê. Na verdade, em casos de divórcios na Inglaterra, França e América do Norte, geralmente era o pai que tinha a custódia dos filhos, frequentemente por solicitação da mãe (FORNA, 1999, p.44).

Se a maternidade se constitui, na atualidade, como algo que oprime a mulher, podemos dizer que essa opressão é ainda maior se essa mulher é mãe de uma pessoa deficiente. Semelhante o exercício da maternidade, a história também revela que o atendimento as pessoas com deficiência vem mudando com o passar do tempo.

A partir das lutas sociais, surgiram várias leis que asseguram o direito das pessoas com deficiência, pró inclusão social. A educação inclusiva pressupõe um trabalho à luz de paradigma feminista, mobilizador da sociedade e responsável pela transformação dos sistemas educacionais.



Sabemos que há muito para se percorrer até chegarmos ao ideal de inclusão que atenda às necessidades de todos/as. Para Sasaki (1997, p. 41), “a inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

As mulheres-mães das crianças da APAE-CG, em sua maioria, além de cuidarem no lar das tarefas domésticas e das atribuições profissionais quando exercem função no mercado de trabalho, ainda se deslocam carregando em seus braços os seus filhos e filhas com deficiência levando-os para o atendimento conforme assegurado por lei no Estatuto da Pessoa com Deficiência¹.

Raramente registramos a presença paterna na APAE-CG. Sabemos que os pais desenham nos seus imaginários a perfeição física de seus filhos e filhas e acabam estarecidos diante de limitações supostamente consideradas por alguns como “deformidades” e não apenas como diferenças anatomo-fisiológica.

Ao nascer uma criança com deficiência, os homens, no exercício da paternidade, em sua maioria, os/as rejeitam conscientes e/ou inconscientemente, bem como rejeitam suas mulheres-mães. Os pais idealizam seus/as filhos/as, os imaginam saudáveis, e não cogitam a possibilidade deles/as nascerem deficientes.

Quando nasce uma criança com problemas, as chances de os bebês imaginados pelos pais sobreviverem são mínimas. A deficiência, principalmente a mental, mata o filho idealizado. Afinal, na nossa expectativa durante a gravidez só cabe uma possibilidade: que a criança seja normal. Mais rapidamente que os outros pais, estes tem de se defrontar com o bebê real. A deficiência explícita mais cedo as limitações dos filhos em atender as expectativas paternas. (GHERPELLI, 1995, p.40)

Indagamos: Será que os pais responsabilizam as mães pelas limitações de seus filhos e/ou filhas não pularem, não correrem, não caminharem sem companhia (cadeirantes) e, nem irem aos estádios de futebol e aos ginásios de esportes da mesma forma que o padrão de comportamento esperado das crianças ditas “normais”?

Neste contexto, as mulheres-mães, normalmente carregam em si mesmas, as responsabilidades paternas e maternas, ficando sobrecarregadas, principalmente as que são abandonas por seus parceiros, os quais se recusam a assumir suas obrigações de paternidade responsável. Some-se a tais fatores a “mágoa” em relação aos parceiros, que ao negarem apoio as mães inviabilizam seus deslocamentos.

¹ Projeto este apresentado pelo Senador Paulo Paim, em 2000, tendo sua aprovação em dezembro de 2006, que denomina o termo *Pessoa com Deficiência* e indica os direitos para a clientela dos seguintes atributos: *acessibilidade, previdência, habitação, atendimento, finanças e justiça*



Em nossa pesquisa foram entrevistadas 29 mulheres-mães, aqui denominadas por pseudônimos de árvores nordestinas, considerando seu enraizamento e impossibilidade de mobilidade geográfica e social.

Durante a pesquisa, quando indagamos o motivo dos pais não realizarem a tarefa do cuidado no acompanhamento dos filhos/as a maioria das mães, apresenta defensiva de seus companheiros como é o caso da mãe *Cumarú* (30 anos) que argumenta: “*Ele já me ajuda demais, nem todo homem faz o que ele faz, trazendo o mantimento para dentro de casa*”.

O discurso que afirma a naturalidade da discriminação está de tal forma internalizado, que é difícil à própria mulher romper com a imagem de desvalorização de si mesma por ela introjetada. Ela aceita como natural sua condição de subordinada. Vê-se assim, através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina (ALVES & PITANGUY, 1985, p.56, 57).

Neste sentido, a mulher legitima um valor já arraigado na mente masculina “o homem (vir) se vê como universal (homo). Ele se considera o representante mais perfeito da humanidade, o critério de referência”. (BADINTER, 1993,p.7)

Na fala da mãe *Cumarú*, há internalização de valores onde não se questiona o papel da mulher como cuidadora; a mesma não se percebe como vítima de violência simbólica, à medida que assume individualmente uma tarefa que deveria ser compartilhada.

Já a mãe *Macieira* (35 anos), mostra-se insatisfeita com a omissão do pai de seu filho dizendo: “*Ele não faz nada, tudo sou eu*”.

Observamos na sua fala uma rejeição ao comportamento do seu companheiro, que em seu modo de agir, reflete os valores da nossa sociedade em que o homem é isento do cuidado dos/das filhos/as, sendo esse tipo de comportamento aprovado pela maioria da população.

Entrevistamos a mãe *Cajueiro* (30 anos) que diz ter escolhido o nome dessa árvore por ser parecida com ela e ter múltiplas utilidades. Segundo ela o cajueiro além de oferecer o fruto, é medicinal, e é uma árvore muito resistente, pois até o bagaço do caju é aproveitado para fazer polpa e doce.

Cajueiro é casada, tem três filhos. Seu filho tem Paralisia Cerebral. Ela nos relatou que o pai das crianças não ajuda no cuidado dos/as filhos/as, não dá banho nem comida, no entanto, é um pai amoroso. *Cajueiro* ainda defende seu companheiro dizendo: “*Ele trabalha muito e não tem tempo*”.

A mãe *Umburana* (32 anos) diz que é parecida com essa árvore por ter uma raiz forte, ela é casada e tem três filhos sendo um deles tem Paralisia Cerebral. Segundo a mãe, a criança passou da hora de nascer por isso faltou oxigênio no cérebro provocando a deficiência. Indagamos a mãe



sobre como o pai a ajuda no cuidado dos/as filhos/as e ela nos disse: *Ele é um pai muito presente e me ajuda em todos os afazeres domésticos, ele dá banho, dá comida, troca a fralda do menino, e sempre que eu não posso acompanhar o nosso filho aqui na APAE ele vem, sem problemas.* (UMBURANA, 2008)

Percebemos que o companheiro da mãe *Umburana* é uma exceção, uma raridade, e não é como a maioria dos homens e mulheres que acreditam que cuidar dos/as filhos/as realizando tarefas como dar banho e comidas não é tarefa unicamente feminina, mas deve ser compartilhada entre o casal.

Umburana é uma mulher muito forte e assim se denomina, pois o fato de escolher essa árvore nos revela o sentimento dessa mulher, pois a *Umburana* é uma árvore extremamente resistente que pode passar meses sem receber água, mas não morre até chegar o próximo inverno.

A mãe *Bananeira* (41 anos) tem apenas uma filha de cinco meses que tem Síndrome de Down, e não foi aceita por ela ao nascer.

Ela relata que entrou em desespero ao saber que a menina era uma criança diferente das demais e chegou a perguntar ao médico se ela não tinha sido trocada. Sua mãe comentou que o pai da menina não a ajuda no cuidado com a filha e não sabe “*fritar nem um ovo*”. Como já brigou muito com ele por causa disso, hoje já nem pede para ele ajudar, pois ele sempre diz “*cozinha é coisa de mulher*”.

A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (BOURDIEU, 2003, p. 33).

Jatobá (30 anos) tem três filhos, sendo a do meio autista. A menina tem dez anos e é muito agitada, não fala, não tem pressão manual, anda com dificuldade sendo auxiliada pela mãe.

As pessoas portadoras de deficiência mental profunda podem atingir um desenvolvimento intelectual e emocional comparável ao da idade mental de Um ano. Apresentam possibilidades muito restritas no campo sensorio-motor, se bem que pode ser estimulado um melhor funcionamento nesta área, sobretudo no que diz respeito à marcha e à capacidade de pressão manual. (GHERPELLI, 1995, p. 27)

Durante a entrevista a mãe nos contou que a filha foi alvo de preconceito, pois certo dia uma menina comentou que ela era doida. Questionamos *Jatobá* sobre a relação do seu parceiro com a filha deficiente e assim ela expressa sua angústia: *Eu sou que cuida dela o tempo todo. O pai não entende a deficiência da nossa filha. Quando ela era menor, ele a agredia pedindo para ela falar. Reclamava quando a menina chorava, nunca foi carinhoso e a trata com indiferença, diz que ela gasta muito e tem vergonha de sair com ela.* (JATOBÁ, 2008)

Jatobá exprime muita tristeza e revolta por seu companheiro não assumir junto com ela a responsabilidade e o cuidado com a filha deficiente. Ela diz que *se sente sobrecarregada*, e sem que



ninguém a tenha dito que a atitude seu companheiro é errada do ponto de vista da paternidade responsável, ela assume uma postura de resistência a essa relação perpassada por relações de poder.

Palma (22 anos) tem apenas uma filha de quatro anos, que tem síndrome de Down, diz que seu esposo jamais cogitou a idéia de cuidar da menina, ela diz “*Para ele tanto faz, se ela vem pra APAE ou não, se eu não vier ele jamais vem trazer ela*”. Percebemos no discurso da mãe, que ela como muitas outras mães está se sentindo sobrecarregada e alega que o marido sempre arruma uma desculpa para não ficar com a menina: *Ele nunca pode ficar com a menina, mesmo quando não está trabalhando arruma um lugar pra ir. Eu também trabalho, sou professora, tenho mil coisas para fazer e nem por isso não tenho tempo para cuidar da nossa filha. É uma sobrecarga muito grande Penso em qualquer dia eu sair sem dizer para onde vou e deixar a menina com ele sem nem perguntar se ele pode, só para ele ver como é bom trabalhar e cuidar de filho sozinha* (*Palma, 2008*).

Palma é professora e até por sua formação não admite que seu marido se omita no cuidado com a filha, mas é fato que *Palma* não sabe como agir diante dessa situação.

Questionamos as mães separadas sobre o porquê da separação e se elas acreditavam se a separação tinha alguma ligação com o fato do/a filho/a ser deficiente. Algumas negaram que os fatos tenham relação, mas, percebemos que em alguns casos as mães têm dúvida, mesmo respondendo que não, pois quando respondiam ficavam pensativas, talvez porque nunca tenham parado para pensar nessa possibilidade, e ao serem questionadas, foram provocadas a pensar nessa possibilidade.

Notamos que algumas mães que são separadas dos parceiros, sejam casadas ou não, se sentem aliviadas por os terem longe do seu convívio. Outras são angustiadas e demonstram tristeza por terem sido abandonadas por seus companheiros como é o caso da mãe *Quixabeira* (18 anos) que diz: *Engravidei com 13 anos, o meu namorado quando soube que eu estava grávida me deixou e foi embora para outra cidade, eu não sabia o que fazer e só fazia chorar. Quando contei para minha mãe ela me chamou de tudo o que não presta, meu pai e meus irmãos pararam de falar comigo, foi um inferno. Até hoje minha mãe passa na minha cara.* (*QUIXABEIRA, 2008*).

A filha de *Quixabeira* tem quatro anos e tem Paralisia Cerebral, que comprometeu a fala e os movimentos. Notamos que a mãe tem muito carinho pela filha, mas se sente culpada pelo fato dela ser deficiente, além de amargar a tristeza de não ter o pai de sua filha ao seu lado. Ela disse ser triste por sua mãe não a permitir estudar, e não a ajudar a cuidar da sua filha.

A mãe *Jaqueira* (27anos), também tem uma história de rejeição junto ao pai da sua filha, hoje separada nos relatou: *O meu ex-marido não me ajudava em nada, nunca foi um pai presente, não dava atenção a minha filha e vivia bêbado. Eu chorava muito ao viver nessa situação por isso achei melhor me separar, hoje*



moro sozinha com minha filha, mas é melhor assim já que antes quando eu era casada eu fazia tudo mesmo. (JAQUEIRA, 2008)

Notamos que a mãe *Jaqueira* não se conforma com o fato do pai de sua filha não dar a assistência devida, mas que por outro lado ela prefere que ele esteja longe, pois quando estavam juntos ela sofria pelo fato dele ser alcoólatra e não dar a atenção necessária à criança.

A mãe *Algaroba* (36 anos) é separada do pai de sua filha e essa separação se deu quando a criança tinha um ano de idade, a criança tem Distrofia Muscular, ela conta que não fez pré-natal, pois escondeu à gravidez, o parto foi normal e sem nenhuma complicação. Com relação ao cuidado com o a filha, o pai não participa de nada.

Algaroba é do tipo de pessoa que fala pouco e em nenhum momento reclamou do fato do pai de sua filha ser ausente, para ela o que importa é o fato dela estar junto da menina, “é como se o pai não existisse”.

Urtiga não nos relatou a idade, disse apenas que seu filho tem Paralisia Cerebral, e quando perguntamos sobre o pai da criança, ela de imediato disse que não morava com ele e se retirou.

Percebemos com a reação da mãe *Urtiga*, o grande rancor que ela dispensa ao pai de seu filho, talvez por que ele possa tê-la abandonado com a carga de um filho deficiente, ou por outros motivos que ela hesitou e não nos contou.

Acreditamos pelos resultados que nós mulheres devamos nos posicionar contra essa forma de dominação que nos faz, na maioria das vezes, acreditarmos que deve ser sempre nossa a responsabilidade de cuidar dos/as filhos/as. Devemos resistir a esse modelo para que haja finalmente a equidade social e respeito pelo exercício da maternidade e paternidade responsável.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- BRASIL, MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Temas Transversais**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARVALHO, Rosita Egler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: Educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- FORNA, Aminatta. **Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia: 5 a 9 de março de 1990. Brasília, 1991.



GHERPELLI, Maria Helena Brandão Vilela. **Diferente, mas não desigual**: a sexualidade no deficiente mental. São Paulo: Gente, 1995.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.